



Parecer da LDO de 2013 amplia divulgação de gasto com pessoal



Divulgação/Usina de Jirau

Texto da LDO prevê que obras do PAC, como a construção da Hidrelétrica Jirau, no rio Madeira, poderão ser executadas mesmo sem a sanção do Orçamento

Texto também permite execução das obras do PAC mesmo sem a sanção da lei orçamentária

O parecer final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votado esta semana na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário do Congresso. Para 2013, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) terá orçamento de R\$ 45,2 bilhões. Em relação ao superávit primário, o redutor da meta para 2013 será de R\$ 45,2 bilhões, relativo ao PAC, ao Plano Brasil sem Miséria e ao Anexo de Metas e Prioridades. **3**

Faltam estrutura e pessoal para atender mulheres agredidas na Bahia

Aurelio Nunes/Cob. Lidice da Mata

Constatação é da CPI mista que realizou, em Salvador, na sexta-feira, audiência pública sobre violência doméstica. O estado ocupa a oitava posição no país em homicídios de mulheres. **4**



Rose dos Santos Silva (2ª esq.) entrega dossiê a parlamentares Alice Portugal, Ana Rita, Jô Moraes e Lidice da Mata

Comissão pode votar texto que livra locador de reparar danos a terceiros **2**

Autorizações de empréstimos para Rio e Paraíba na pauta de colegiado **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Ana Amélia: governo não pode culpar crise por desempenho fraco da economia **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Requião quer pressa na votação de projeto sobre cotas em universidades **4**



José Cruz/Agência Senado

Informação da TV Senado é imparcial e transparente, afirma Mozarildo **2**

Rolleberg diz que Distrito Federal falha no combate ao analfabetismo **4**



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Suplente de Demóstenes, Wilder Moraes assume vaga no Senado **2**

Suplente de Demóstenes, Wilder Morais toma posse

Na sexta-feira, novo senador avisou que estava em Brasília e horas mais tarde fez o juramento no Plenário; ele, que é empresário e filiado ao DEM, terá seis anos e meio de mandato

O PRIMEIRO SUPLENTE do senador cassado Demóstenes Torres tomou posse no Plenário do Senado na sexta-feira.

Wilder Morais (DEM-GO) assinou o termo de posse e fez o juramento previsto no Regimento Interno:

— Prometo guardar a Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

A posse de Wilder surpreendeu os próprios senadores. Ele telefonou horas antes para os integrantes da Mesa do Senado comunicando que estava em Brasília e que desejava tomar posse.

O 4º secretário, Ciro Nogueira (PP-PI), conduziu a rápida cerimônia de posse.

Assistiram ao juramento Roberto Requião (PMDB-PR), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Ana Amélia (PP-RS). Encerrada a cerimônia, o novo senador, que terá seis anos e meio de mandato, retirou-se da Casa.

Aos 44 anos, ele é empresário — dono da construtora Orca. Declarou à Justiça Eleitoral bens no valor de R\$ 14,4 milhões.

O novo senador vinha exercendo o cargo de secretário



Wilder Morais (E) toma posse no Senado em rápida cerimônia conduzida por Ciro Nogueira: sucessor de Demóstenes terá seis anos e meio de mandato

de Infraestrutura na gestão de Marconi Perillo (PSDB) no governo de Goiás. Na função, Wilder Morais cuidou dos setores de energia e transporte. Seu foco era a recuperação de rodovias, o aumento da capacidade dos aeroportos e a solução para o problema financeiro da Companhia Energética de Goiás (Celg).

Cassação

Demóstenes Torres teve o mandato cassado pelo Plenário do Senado na quarta-feira

passada. Ele está inelegível até 2027.

O processo que levou à cassação de Demóstenes teve origem em uma representação levada ao Conselho de Ética do Senado pelo PSOL. O ex-senador era acusado de defender os interesses do contraventor Carlinhos Cachoeira no Senado e de mentir no Plenário — em março, discursando na tribuna, ele afirmou ter apenas relação de amizade com Cachoeira e desconhecer suas atividades ilegais.

Duas autorizações para empréstimos externos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã duas autorizações para contratação de operações de crédito externo. Os empréstimos, destinados ao Rio de Janeiro e à Paraíba, são voltados a obras de infraestrutura e ao desenvolvimento econômico da área rural.

A autorização para a operação entre o Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor total de até US\$ 100 milhões, tem o objetivo de financiar

parcialmente o Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana. O programa, que terá o valor de US\$ 170 milhões — o equivalente a R\$ 348 milhões —, contará com a contrapartida do estado. O objetivo é fazer obras de recuperação da infraestrutura e outras medidas estruturantes que possibilitem a recuperação da malha viária e da estrutura urbana dos municípios da região, atingida por fortes chuvas em 2011.

A operação de crédito entre a

Paraíba e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) tem valor previsto de até US\$ 25 milhões — o equivalente a R\$ 51 milhões. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó, que busca contribuir com o desenvolvimento econômico da área rural e reduzir a taxa de extrema pobreza de quem vive na região do semiárido da Paraíba. A contrapartida do estado é de US\$ 12,1 milhões.

Mozarildo ressalta transparência e imparcialidade da TV Senado

“A TV pública não está atrelada a interesses específicos, como acontece com sistemas de comunicação comerciais”, disse sexta-feira Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ressaltando a importância da TV Senado como veículo de informação transparente e imparcial.

— Nos estados, infelizmente, as TVs e rádios comerciais estão ligadas a grupos políticos, e isso as leva a divulgar só o que interessa ao dono do canal — afirmou.

O senador disse que os canais legislativos permitem ao cidadão acompanhar a atuação dos parlamentares que elegeu. Mozarildo elo-

giou a decisão e o esforço do presidente do Senado, José Sarney, para instalar a TV Senado como canal aberto nas capitais de todos os estados brasileiros.

Além da transmissão de pronunciamentos, sessões plenárias e reuniões das comissões, destacou, a TV Senado apresenta programas jornalísticos, culturais, de debates e entrevistas.

Ele lembrou que a emissora dá o mesmo tempo para todos os senadores, sejam da oposição ou da situação, em discursos na tribuna do Plenário, nas comissões ou em entrevistas.



José Cruz/Agência Senado

Projeto que livra locador de reparar danos a terceiros pode voltar à CCI

Projeto que livra locadores da obrigação de compensar danos causados a terceiros pelo locatário de um bem — como um carro alugado — pode voltar à pauta de votações na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, em agosto. Hoje, quando o uso de um bem alugado causa

dano a terceiros, o proprietário também é considerado responsável e pode ser obrigado a indenizar a vítima. A proposta (PLS 405/09) mantém a responsabilidade solidária só quando o locador proceder com dolo (intenção) ou culpa (inadvertência, negligência ou descaso).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Sessão não deliberativa

14h Na sessão de hoje não haverá votação de matéria. É destinada a discursos de senadores.

TERÇA

CAE: Crédito externo para RJ e PB

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota mensagens sobre contratação de crédito externo para a Paraíba e o Rio de Janeiro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para Ana Amélia, governo ignora setores da economia

O baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) e as dificuldades do setor industrial preocupam a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Para ela, a crise mundial não pode ser justificativa para a dificuldade de crescimento — causado, na realidade, por gargalos internos, como a falta de infraestrutura e a complexa e pesada carga tributária.

Na opinião de Ana Amélia, o governo tem apagado incêndios de crises setoriais e prefere distribuir benefícios a alguns setores, evitando fazer o mais difícil, que é, por exemplo, mexer num sistema tributário “confuso e centralizador”.

— O governo precisa tratar de problemas conjunturais não de forma paliativa como tem feito. Vamos novamente perder o bonde do crescimento por falta de competitividade. É unanimidade no setor empresarial que não podemos continuar na política de apagar incêndio.

Segundo a senadora, setores que não foram contemplados por ajuda pontual continuam mostrando deficiências. Ela citou a indústria gráfica, que sofre com ociosidade e demissões. O setor siderúrgico é outro em situação difícil. A parlamentar ressaltou que o alto custo da produção e a incidência elevada de impostos fazem o Brasil ser o último no ranking mundial de produtividade do aço.

Ao comentar a recente afirmação da presidente Dilma Rousseff de que grandes nações não devem ser medidas pelo PIB, mas pelo que fazem a suas crianças e adolescentes, Ana Amélia fez ressalvas:

— A posição de Dilma faz sentido lógico. Claro que é preciso medir a força de um país pela economia do conhecimento, da inovação, com investimentos na educação infantil. Mas economia é também um todo. Para melhores investimentos em educação, precisamos do pagamento de impostos e tributos das empresas e dos contribuintes.



Ana Amélia: falta de reformas é causa do baixo crescimento do país



Projeto estabelece que obras do PAC — como a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco — poderão ser executadas mesmo sem sanção da lei orçamentária

Parecer da LDO amplia a divulgação na internet dos gastos com pessoal

Texto a ser votado nesta semana também permite execução do Programa de Aceleração do Crescimento mesmo sem sanção da lei orçamentária

O PARECER FINAL do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que órgãos da administração direta e indireta, estatais, bancos federais, fundações e agências reguladoras terão que pôr na internet informações sobre o total de cargos efetivos, comissionados e funções de confiança, com os correspondentes gastos mensais. O parecer deverá ser votado esta semana na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no Plenário do Congresso.

O texto também permite a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mesmo sem sanção da lei orçamentária. Isso já estava previsto na proposta original do Executivo e foi mantido pelo relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Para 2013, o PAC terá um orçamento de R\$ 45,2 bilhões. Segundo o governo, a medida é importante para evitar a descontinuidade dos investimentos públicos, sobretudo em um cenário de crise financeira internacional.

Em relação ao superávit primário, o redutor da meta para 2013 será de R\$ 45,2 bilhões, relativo ao PAC, ao Plano Brasil sem Miséria e ao Anexo de Metas e Prioridades.

O parecer apresenta um anexo de metas para compensar a ausência da peça na proposta original do Executivo. Nele constam as metas que terão precedência na alocação de recursos em 2013. Elaborado a partir de emendas, o anexo estabelece 211 ações, divididas em 50 programas nas áreas de energia, transporte e saneamento, entre outras.

O texto também impede que o governo transforme por decreto um gasto corrente, como o pagamento de diárias no serviço público, em investimento. Qualquer alteração nesse sentido só poderá ser feita por meio de projeto de crédito adicional, a ser encaminhado ao Congresso.



Relator do projeto, Valadares fez um anexo de metas com 211 ações

O parecer considera incompatível proposta que autorize indexação ou atualização monetária de despesas públicas, inclusive salário mínimo e pisos nacionais, sem estimativa de impacto e compensação.

Também será considerada incompatível proposta de reajuste que eleve a remuneração total de uma categoria para além do teto salarial do serviço público, hoje em R\$ 26.723,13. Além disso, apenas por lei será concedido aumento de parcelas relativas a férias e abono de permanência, entre outros.

O relator prevê ainda a transferência ao Sistema Único de Saúde (SUS) dos eventuais recursos oriundos de decisões judiciais para ressarcimento das despesas com tratamento de usuários de tabaco.

A União, segundo o texto, terá que desenvolver banco informatizado de dados sobre obras públicas de valor superior a R\$ 20 milhões.

O cenário econômico previsto na LDO

INDICADOR	2012	2013
PIB	R\$ 4,54 trilhões	R\$ 5,03 trilhões
Crescimento do PIB	4,5%	5,5%
Superávit primário	R\$ 139,8 bilhões para o setor público, sendo R\$ 42,8 bilhões de responsabilidade de estados e municípios	R\$ 155,9 bilhões para o setor público, sendo R\$ 47,8 bilhões de responsabilidade de estados e municípios
Dívida líquida do setor público	35,2% do PIB	32,5% do PIB
Déficit nominal do setor público	1,8% do PIB	0,78% do PIB
Déficit da Previdência	R\$ 40,4 bilhões	R\$ 38,8 bilhões
IPCA	4,7%	4,5%
Salário mínimo	R\$ 622	R\$ 667,75
PAC*	R\$ 44,2 bilhões	R\$ 45,2 bilhões

* Autorizado no Orçamento.

Fontes: Projeto da LDO, Banco Central e Ministério do Planejamento

Recesso será cancelado se projeto não for votado até amanhã

Se o projeto da LDO de 2013 não for aprovado até amanhã, os trabalhos do Senado continuarão normalmente em julho, sem recesso parlamentar. Nesse caso, as sessões deliberativas serão realizadas às terças, quartas e quintas-feiras. As não deliberativas, às segundas e sextas. De acordo com a Constituição, o Congresso só poderá entrar em recesso — previsto para o período de 18 a 31 de julho — se aprovar a LDO até o dia 17.

Na quinta-feira passada, ao cancelar mais uma reunião sem acordo, o presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que a deliberação dependerá de um cronograma de votação, a ser definido pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Marco Maia, e do Senado, José Sarney.

No centro das divergências entre governo, oposição e alguns partidos da base aliada, está a liberação de recursos

para o empenho das emendas ao Orçamento da União feitas por deputados e senadores. Sem isso, a oposição não aceita votar duas medidas provisórias no Plenário da Câmara (MPs 563/12 e 564/12) e o parecer da LDO 2013, tanto na comissão mista como no Plenário do Congresso. As duas MPs, que instituíram o Plano Brasil Maior, perdem vigência a partir de 16 de agosto.

Marco Maia convocou sessões extraordinárias para hoje

e amanhã. O presidente da Câmara anunciou que enviará telegramas convocando todos os deputados a comparecerem às sessões extras.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 3/12) é uma diretriz para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013. Também define as prioridades da administração pública federal e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

CPI: faltam pessoal e estrutura para atender mulheres na Bahia

Na capital, milhares de processos e de inquéritos estão parados. No interior, faltam unidades especializadas. No sistema prisional, detentas são desrespeitadas, sobretudo as grávidas

O DÉFICIT DE funcionários e equipamentos compromete o atendimento de mulheres em situação de violência na Bahia, constatou, em diligências e audiência pública no estado, a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga violência contra mulheres.

— Não conheço uma única das 17 varas criminais de Salvador com mais de 2.500 processos, mas na Vara Especializada de Atendimento às Mulheres da cidade tramitam mais de 12 mil processos de vítimas de violência — afirmou a juíza auxiliar Eliene Simone Oliveira. Para ela, a pequena quantidade de pessoal é o principal obstáculo para a execução das medidas protetivas.

— São situações graves, que precisam ser resolvidas com urgência — disse Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI.

Na Delegacia de Atendimento a Mulher (Deam) de Salvador, 8 mil inquéritos estão parados. A média diária de atendimento na unidade é de 30 mulheres. O secretário de Segurança Pública da Bahia, Maurício Teles Barbosa, disse que o estado tem contratado mais policiais, mas não precisou quantos serão destinados às Deams.

No sul do estado, o Judiciário não mantém varas especializadas, apesar de Porto Seguro, na região, ser a terceira cidade do país em homicídios de mulheres.

A CPI recebeu denúncia de que apenas de 6% a 8% dos inquéritos abertos nas delegacias chegam ao Ministério Público. Também de que, no sistema prisional, detentas, em especial as grávidas, não teriam os direitos respeitados.

A CPI já passou por Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Alagoas, Espírito Santo, Paraná e São Paulo.

Veto do Ibama a estaleiro em Alagoas pode ser revisto, diz Benedito

As negociações para a concessão da licença de instalação de um estaleiro em Alagoas continuam abertas. O veto do Ibama pode ser revisto.

Esse foi o desfecho da reunião entre o governador de Alagoas, Teotônio Vilela, deputados e senadores com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na quinta-feira, segundo Benedito de Lira (PP-AL).

Para o Ibama, o local escolhido para construção do Estaleiro Ilha (Eisa) é inadequado, por ser mangue. A ministra disse que os pontos negativos do parecer do Ibama sobre o Eisa podem ser reavaliados. Diante dessa possibilidade, técnicos do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, do estaleiro e do estado terão nova reunião para negociar uma saída que permita a instalação do estaleiro e preserve o meio ambiente.



Ana Rita (2ª à esq.) e Lídice da Mata (2ª à dir.) ouvem secretário de Segurança, Maurício Barbosa



Requião pede pressa para votar projeto de cotas nas universidades

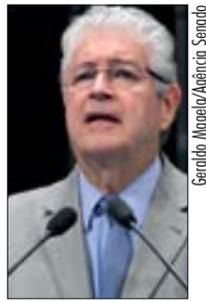
Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou a votação do projeto que institui cotas raciais e sociais em universidades públicas e instituições de ensino técnico. Com pedido de urgência, a proposta (PLC 180/08) foi incluída na pauta do Plenário para agosto, quando o Senado fará duas semanas de esforço concentrado.

Requião criticou a prorrogação das concessões de energia elétrica e propôs a criação de uma empresa pública para controlar isso. Sobre a inclusão das contribuições de intervenção no domínio econômico (Cide) nas receitas sujeitas a desvinculação, ele explicou que, quando a Cide-Combustíveis foi desvinculada, gerou perdas para estados e municípios.

Entre outros temas, o senador comentou a notícia de que o ex-presidente Fernando Henrique recebeu o Prêmio John W. Kluge, concedido pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O vencedor recebe US\$ 1 milhão.

— Um milhão de dólares como prêmio à política entreguista, no momento em que nós estamos precisando fortalecer o Mercosul! — criticou.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) discordou e assinalou que o prêmio é um reconhecimento ao conjunto da obra acadêmica e política, como estadista.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Rollemberg, Distrito Federal falha no combate ao analfabetismo

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que o Distrito Federal tem avançado lentamente no combate ao analfabetismo. O Censo de 2010 constatou que 85 mil brasilienses, o que corresponde a 3,25% da população acima de 10 anos, são analfabetos. Em 2000, 4,9% eram analfabetos. Para o senador, a redução em uma década foi pequena.

Na opinião de Rollemberg, é preciso uma reflexão sobre os desafios a serem enfrentados e as falhas das medidas adotadas até o momento — que, segundo ele, desrespeitam não só o atendimento a programas de alfabetização, mas pecam pelo número insuficiente de vagas. Para a educação de jovens e adultos, disse, foram oferecidas apenas 3.040 vagas.

As principais medidas para diminuir a carência devem passar, na opinião do senador, pelo apoio a iniciativas da sociedade, como ONGs, igrejas e associações engajadas nas ações de alfabetização. Ele sugeriu ainda incentivo a estratégias que mobilizem universitários a trabalhar em comunidades carentes, ações de ensino a distância para o público idoso e programas de pós-alfabetização, que incentivem os alunos a continuar os estudos.

— Brasília não pode esperar mais.



Gerardo Magela/Agência Senado